26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

MISOGINIA DIGITAL E VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

DIGITAL MISOGYNY AND VIOLENCE AGAINST WOMEN: *IMPACTS ON PUBLIC HEALTH*

Denise Braga Sampaio – Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Denysson Axel Ribeiro Mota – Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Gisele Rocha Côrtes – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Gracy Kelli Martins – Universidade Federal do Cariri (UFCA) / Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A misoginia digital tem se consolidado como uma expressão contemporânea da violência contra as mulheres, ampliando a circulação de discursos que reforçam hierarquias de gênero e naturalizam diferentes formas de violência. Este estudo teve como objetivo analisar a misoginia digital e seus impactos na saúde das mulheres, compreendendo-a como um fenômeno social e informacional cujos efeitos extrapolam os ambientes digitais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise orientada pela Análise de Discurso Crítica Feminista. O *corpus* foi constituído por literatura científica, relatórios institucionais, documentos oficiais, dados estatísticos e casos amplamente divulgados. Os resultados evidenciam que a misoginia digital se estrutura por meio de narrativas que validam a dominação masculina, deslegitimam o consentimento das mulheres e amplificam formas de violência discursiva e informacional. Observou-se, ainda, que esses discursos integram um ecossistema mais amplo de circulação de ódio, com repercussões na saúde física e mental, na segurança e na participação social das mulheres. Conclui-se que a misoginia digital constitui um problema de saúde pública e de direitos humanos, demandando ações de prevenção, educação, acesso à informação, responsabilização e penalização de agentes e plataformas e políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: misoginia digital; violência contra as mulheres; saúde da mulher.

Abstract: Digital misogyny has become a contemporary expression of violence against women, expanding the circulation of discourses that reinforce gender hierarchies and normalize different forms of violence. This study aimed to analyze digital misogyny and its impacts on women's health, understanding it as a social and informational phenomenon whose effects extend beyond digital environments. This qualitative, exploratory-descriptive study was conducted through bibliographic and documentary research, with analysis guided by Feminist Critical Discourse Analysis. The corpus consisted of scientific literature, institutional reports, official documents, statistical data, and widely publicized cases. The findings indicate that digital misogyny is structured through narratives that legitimize male domination, delegitimize women's consent, and amplify forms of discursive and informational violence. Furthermore, these discourses were found to be part of a broader ecosystem of hate circulation, with repercussions for women's physical and mental health, safety, and social participation. It is concluded that digital misogyny constitutes a public health and human rights issue, requiring actions focused on prevention, education, access to information, accountability and penalization of perpetrators and platforms, as well as public policies aimed at addressing gender inequalities.
Keywords: digital misogyny; violence against women; women's health.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação das plataformas digitais e das dinâmicas algorítmicas de circulação da informação intensificou a disseminação de discursos misóginos em diferentes ambientes virtuais, convertendo a violência de gênero em um fenômeno amplamente mediado por tecnologias informacionais. Redes sociais, fóruns digitais, aplicativos de mensagens e plataformas de vídeo passaram a funcionar não apenas como espaços de comunicação, mas também como ambientes de produção, legitimação e circulação de discursos de ódio contra mulheres, frequentemente sustentados por lógicas de engajamento e visibilidade. Nesse contexto, comunidades masculinistas, grupos *incel*[1], discursos *red pill* (ou *redpill*)[2] e influenciadores misóginos contribuem para a consolidação de discursos que naturalizam desigualdades de gênero, reforçam práticas de silenciamento e ampliam formas de violência simbólica e informacional.

A misoginia digital ultrapassa o âmbito individual do ataque virtual e passa a configurar um problema social e de saúde pública, uma vez que seus efeitos incidem diretamente sobre a saúde mental, a participação política, a segurança e a permanência de mulheres nos espaços

[1] Acrônimo de *involuntary celibate*, ou celibato involuntário, o termo compreende, em geral, homens com interesse sexual em mulheres, que não conseguem estabelecer um relacionamento e, muitas vezes, passam a ter comportamentos misóginos e agressivos, colocando a culpa de seu insucesso em mulheres.

[2] O termo "*red pill*" vem de uma famosa cena do filme Matrix (1999), em que é dada ao protagonista a escolha entre uma pílula vermelha, que o permitiria ver a realidade como ela é, e a azul, permanecendo na ilusão da Matrix.

digitais e sociais. As práticas de assédio, exposição, perseguição e intimidação *online* produzem impactos psicossociais que afetam as pessoas, tanto individualmente quanto coletivamente, especialmente mulheres jovens, feministas, pesquisadoras, jornalistas e criadoras de conteúdo. Dessa forma, compreender a circulação da misoginia digital exige articulá-la às discussões sobre discurso social, plataformas digitais, violência contra as mulheres e informação de gênero (Côrtes, 2024, p. 30), reconhecendo que a informação de gênero opera como prática de resistência "no que tange à desnaturalização e à subversão das hierarquias de gênero".

Com base nessas considerações, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **como a misoginia digital e a violência contra as mulheres impactam na saúde pública?** Para responder a essa questão, traçou-se como **objetivo** discutir a misoginia digital e seus impactos na saúde das mulheres, compreendendo-a como um fenômeno social e informacional cujos efeitos extrapolam os ambientes digitais e se torna um problema de saúde pública.

Para o alcance deste objetivo, a análise considerou as relações entre misoginia digital, violências contra as mulheres e saúde pública, fundamentando-se nos Estudos de Gênero, na Ciência da Informação e na Análise Crítica do Discurso Feminista.

2 INFORMAÇÃO, DISCURSO E MISOGINIA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A discussão sobre informação, discurso e misoginia nas plataformas digitais demanda a reflexão sobre como a grande quantidade de informação produzida digitalmente, especialmente a visual, acaba por nos sufocar. Assim afirma Byung-Chul Han (2017a) em sua obra "Agonia de Eros". O filósofo sul-coreano evidencia um esgarçamento das relações interpessoais, do ponto de vista afetivo-romântico, causado pela falta de entremeio, de alteridade, que gera sujeitos cada vez mais imersos em bolhas afetivas de pensamento singular, que alimentam, entre si, pensamentos uníssonos. Em sua visão, entre as muitas exposições visuais, "[...] a pornografia fortalece o processo de narcilização de si mesmo" (Han, 2017a, p. 80), com a produção e reprodução de imagens que reforçam estereótipos e padrões inalcançáveis, gerando, não raro, processos de frustração, revolta e discurso de ódio.

Este discurso de ódio é mediado por uma linguagem agenciada por sujeitos produtores e reprodutores de violência, seja ela simbólica, física ou de outras ordens, que se sustentam no âmbito informacional e usam as plataformas digitais como meio para a propagação de narrativas que legitimam desigualdades de gênero e diferentes formas de violência.

Ainda de acordo com Han (2017b, p. 214), há uma violência da linguagem que "[...] se pauta na difamação, no desacreditar, no degradar, no desautorizar, ou também na coisificação [...]". Na atual sociedade, segundo o autor, passamos por um processo de supercomunicação, que gera um processo de *spamização* da linguagem e da comunicação e resulta na hipertrofização do eu. Assim, as bolhas são formadas por pessoas de interesse comum, por vezes partilhando o mesmo ódio, as quais se agrupam na perspectiva de trocas informacionais que promovem um ambiente aparentemente harmônico e sem contrapontos.

Essas dinâmicas de superexposição, apelo à imagem, pornografia e formação de bolhas de pensamento uníssono apresentam um terreno fértil de transmutação das vivências e violências do meio analógico para o meio digital (Sampaio; Martins**;** Côrtes**;** Mota, 2022). O machismo, a misoginia e o patriarcado, considerando as perspectivas de Han (2017a, 2017b), acabam por promover comunidades detentoras de um universo linguístico próprio, com códigos e identidades sociais que permitem a troca de experiências e sentimentos direcionados negativamente às mulheres, na medida em que estas não correspondem às projeções de estereótipos, desejos ou expectativas de submissão dos homens que compõem os diversos grupos que compartilham tais frustrações. Esse cenário é fértil para o surgimento da machosfera (ou manosfera, *manosphere*).

O Relatório anual da Organização das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas (ONU, 2024) evidencia que as mudanças tecnológicas continuam criando riscos de violência de gênero contra esse grupo. Isso porque as plataformas digitais e as ferramentas disponíveis são utilizadas para infligir violência de gênero, abusos, discursos de ódio, controle e assédio. Além disso, há o viés (des)informacional dessa ação, com a proliferação de conteúdos misóginos não somente na *deep web*, mas em espaços digitais públicos, como as redes sociais.

Nesses espaços, as formas de violência, abuso e assédio mais vivenciadas por essas mulheres e meninas são a desinformação e a difamação, algo apontado por quase 70% das vítimas. Além da desinformação e da difamação, outras estratégias violentas são adotadas nesse meio (ONU, 2024), como o ciberassédio (66%), os discursos de ódio (65%), a personificação ou falsificação de identidade (*impersonation*, 63%), a invasão de contas e a perseguição (*hacking and stalking*, 63%), o *astroturfing*[3] (58%), os abusos baseados em

[3] Prática de simular apoio popular espontâneo, por meio de perfis falsos.

imagens e vídeos (57%), o *doxing*[4] (55%) e as ameaças de violência (52%).

Esse cenário revela que a misoginia no meio digital é muito bem articulada por seus atores sociais, geralmente homens, os quais se beneficiam diretamente do ódio às mulheres, seja do ponto de vista monetário, por capital político agregado, ou por reconhecimento de seus semelhantes. É nessa esteira que a machosfera é integrada por *incels*, atores antidireitos (*anti-rights actors), red pills,* entre outros.

3 MISOGINIA DIGITAL E SAÚDE PÚBLICA

As discussões contemporâneas sobre violência digital têm evidenciado que as agressões dirigidas às mulheres em ambientes *online* não podem ser compreendidas apenas como comportamentos individuais ou episódios isolados de hostilidade, mas inseridas em estruturas históricas de desigualdade de gênero e encontram na misoginia a manutenção e a legitimação dessas hierarquias. Nos espaços digitais, essas dinâmicas se ressignificam ampliadas pelo alcance e pela velocidade proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação.

Nesse contexto, redes sociais e outras plataformas digitais atuam como espaços de disseminação, recrutamento e coordenação de informações misóginas, contribuindo para a normalização de discursos de ódio que, cada vez mais, transitam de grupos marginalizados para o debate público. Seus efeitos extrapolam os ambientes virtuais, produzindo impactos psicossociais significativos, como ansiedade, insegurança, autocensura, afastamento de espaços públicos e restrições à participação social e política das mulheres, demonstrando a existência de um *continuum* entre as violências *online* e *offline* (CENTRE..., 2025).

Embora os casos de violências letais contra as mulheres frequentemente recebam maior atenção pública, a compreensão desse fenômeno exige também a análise das múltiplas manifestações de violências não letais que o antecedem e o sustentam. O exame dessas ocorrências permite identificar padrões, dinâmicas e fatores que contribuem para a perpetuação das desigualdades de gênero e para a escalada da violência contra as mulheres. Nesse contexto, a violência contra as mulheres tem sido cada vez mais reconhecida como uma questão de saúde pública, não apenas pela sua elevada incidência, mas também pelos impactos físicos, emocionais e sociais produzidos nas vítimas (Goicolea, 2023).

[4] Divulgação não autorizada de dados pessoais, com o objetivo de intimidar, assediar ou expor a vítima.

De acordo com os dados do Atlas da Violência de 2026, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2026), a violência contra as mulheres se manifesta de várias maneiras ao longo da vida, refletindo vulnerabilidades específicas em cada faixa etária. Entre meninas de 0 a 9 anos e mulheres com 70 anos ou mais, a negligência é a forma predominante de violência. Na faixa de 10 a 14 anos, a violência sexual representa 45,5% dos casos registrados, com alta incidência de abusos intrafamiliares. Dos 15 aos 69 anos, a violência física constitui a manifestação mais recorrente, frequentemente associada a relações íntimas e acompanhada pela ocorrência simultânea de múltiplas violências. Soma-se a esse cenário a crescente preocupação com a influência de comunidades digitais associadas ao fenômeno *red pill*, reconhecido pelo Atlas da Violência (IPEA, 2026) como um elemento relevante nas discussões contemporâneas sobre violência de gênero, contribuindo para a normalização de comportamentos abusivos, especialmente entre adolescentes.

A perspectiva de discussão pelo viés da saúde pública possibilita compreender como diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe social, deficiência e outras formas de vulnerabilidade, influenciam tanto a exposição à violência quanto o acesso a mecanismos de proteção e apoio (Akotirene, 2019). Dessa forma, a violência contra as mulheres deixa de ser entendida como um problema restrito à esfera privada ou interpessoal e passa a ser reconhecida como uma questão estrutural, atravessada por relações de poder e desigualdades sociais que demandam respostas coletivas e intersetoriais.

Até a década de 1980, a violência contra as mulheres não era reconhecida como problema de saúde pública, ficando restrita às questões jurídicas e sociais. Atualmente, ela é descrita como “um problema semelhante a outros problemas de saúde que são disseminados globalmente. [...] É uma epidemia, não é mais entendida como anedótica ou rara, mas como comum, enraizada na sociedade, é um problema urgente que precisa ser enfrentado” (Goicolea, 2023, p. 2, tradução nossa).

Para a Organização Mundial da Saúde (2024), a violência contra as mulheres constitui um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos das mulheres. Essa compreensão está relacionada ao histórico de reconhecimento dos direitos das mulheres e das condições que interferem em sua saúde. No Brasil, a partir da década de 1980, as discussões sobre saúde incorporaram as condições sociais, econômicas e culturais relacionadas ao processo saúde-doença, ampliando sua compreensão para além da ausência de doenças e da perspectiva biomédica (Minayo, 2006). Em articulação com a

redemocratização e a atuação dos movimentos sociais, especialmente do movimento feminista, os debates sobre desigualdades de gênero deram visibilidade à violência contra as mulheres e contribuíram para sua inserção na agenda das políticas públicas. O movimento feminista esteve à frente das reivindicações pela atuação do setor saúde não apenas no atendimento de lesões e traumas, mas também na prevenção e no enfrentamento da violência e de seus efeitos sobre a saúde das mulheres (Minayo, 2006).

Esse processo deu origem ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, que ampliou a atenção para além da gestação e da maternidade, contemplando diferentes fases da vida e aspectos relacionados à sexualidade, à reprodução, à prevenção e ao tratamento de agravos (Azambuja; Nogueira, 2008). A Constituição Federal de 1988 consolidou a saúde como direito de todos e dever do Estado, e a Lei nº 8.080/1990, Lei Orgânica da Saúde, regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo uma concepção de saúde relacionada às condições sociais e econômicas, que tem sido atualizada com dispositivos legais que asseguram a saúde e a vida das mulheres (Brasil, 1990). Posteriormente, a elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), em 2004, ampliou essas diretrizes ao incorporar a integralidade, os direitos das mulheres e as diferentes condições que interferem em sua saúde (Azambuja; Nogueira, 2008).

Diante desse percurso histórico, a violência contra as mulheres passou a ser reconhecida de forma mais explícita como uma questão que demanda respostas no campo da Saúde Pública, não se limitando às ocorrências nos espaços doméstico e familiar, mas assumindo diferentes manifestações nas relações sociais e nas formas de comunicação. Nesse sentido, a misoginia digital pode ser compreendida como uma expressão contemporânea das violências de gênero, na medida em que expõe as mulheres a situações que podem produzir danos psicossociais e afetar suas condições de saúde, além de favorecer a circulação, a reprodução e a normalização de discursos misóginos para além dos próprios ambientes digitais.

As fronteiras entre os espaços *online e offline* se mostram cada vez mais tênues, uma vez que práticas como assédio virtual, perseguição digital (*cyberstalking*), intimidação e exposição de vídeos e/ou fotos sexuais na internet têm ampliado os dados de segurança pública no país. Os resultados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, conduzida pelo DataSenado e pela Nexus em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, em 2025, indicaram que cerca de 8,8 milhões de brasileiras, o equivalente

a 10% das mulheres com 16 anos ou mais, relataram ter sofrido algum tipo de violência digital entre 2024 e 2025 (DataSenado; Nexus, 2025).

A misoginia digital tem impactado a vida de milhares de mulheres, que nem sempre estão espontaneamente expostas à web. Um exemplo factual da aproximação da vida real e das vivências digitais foi exposto pelo caso da francesa Gisèle Pelicot, em 2020, que por 10 anos foi dopada pelo ex-marido e submetida a estupros por homens desconhecidos. As violências sexuais eram filmadas e os contatos mantidos em um fórum de bate-papo *online* ilícito chamado Coco. Gisèle bravamente enfrentou os tribunais e as provas de mais de 70 homens envolvidos nos estupros. Em 2024, com os encaminhamentos finais do julgamento, tornou-se uma referência no combate à violência contra as mulheres quando, corajosamente, defendeu que é preciso fazer com que "a vergonha troque de lado" (BBC Brasil, 2024, *online*).

No entanto, essa era apenas a ponta do iceberg: a CNN (2026) trouxe à tona, após investigações de um universo anônimo de mercantilização e exploração das violências sofridas por mulheres, a "academia do estupro". Em um site pornográfico, circulavam vídeos, chamados de *sleep*, nos quais mulheres eram estupradas enquanto dormiam ou encontravam-se dopadas. Com milhares de visualizações, os materiais exibiam homens, em muitos casos seus próprios companheiros, verificando o estado de inconsciência das vítimas para então estuprá-las.

Além disso, os usuários do site trocavam informações em um grupo de mensagens para divulgar, comercializar e/ou buscar indicações de formas de sedação. O surpreendente, segundo as repórteres Isabell Beer e Isabel Ströh, que conduziram a investigação, são os 60 milhões de acessos no mês de fevereiro de 2026 e como isso revela "um senso de comunidade e uma camaradagem perversa, ao normalizarem o abuso" (CNN, 2026, *online*, tradução nossa). Algumas das vítimas tiveram conhecimento dos casos. Em um dos relatos, uma delas expõe crises de pânico, com seus filhos sendo alvo de *bullying* na escola e suas redes sociais devastadas por todo tipo de comentário.

O enfrentamento da misoginia digital demanda estratégias que articulem o cuidado individual e a promoção da saúde física e mental das vítimas com ações voltadas ao combate das condições sociais que perpetuam a violência, destacando-se o acesso à informação sobre direitos, proteção, acolhimento e mecanismos de enfrentamento da violência. Nessa perspectiva, o ambiente digital deve ser compreendido como um espaço ativo de produção e disseminação de violências que extrapolam as plataformas *online e* repercutem na vida

cotidiana das mulheres, em diferentes contextos sociais, familiares e profissionais. Propor articulações informacionais, exigir posicionamentos governamentais e demandar rigidez na identificação e punição de estruturas misóginas requer construir estratégias integradas entre Estado, sociedade civil e plataformas digitais, capazes de enfrentar tanto as manifestações da violência quanto os mecanismos que sustentam sua reprodução.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, com foco na compreensão crítica dos fenômenos investigados em seus contextos históricos, sociais e culturais relacionados à saúde das mulheres (Minayo, 2013). Considerando que a misoginia digital constitui um fenômeno complexo, atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e desigualdades de gênero, optou-se por uma abordagem voltada à análise dos discursos, dos acontecimentos e dos sentidos produzidos em torno dessa problemática. Tal escolha se fundamenta na compreensão de que os discursos não apenas refletem a realidade social, mas também participam ativamente de sua constituição, legitimando ou contestando relações de poder. Nessa perspectiva, a análise do discurso permite examinar as diferentes formas pelas quais a linguagem opera em sistemas estratégicos nos quais o poder está implicado e por meio dos quais ele se exerce (Foucault, 2006), possibilitando compreender como narrativas misóginas são produzidas, disseminadas e naturalizadas nos ambientes digitais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida pelo levantamento e análise de produções científicas, relatórios institucionais, documentos oficiais e demais materiais relacionados à temática da misoginia digital e seus impactos na saúde das mulheres. O *corpus* da pesquisa foi constituído por artigos científicos, livros, relatórios produzidos por organismos nacionais e internacionais, documentos institucionais e materiais disponibilizados em meios digitais, recuperados sem recorte temporal, tendo em vista se tratar de um tema contemporâneo.

Para a seleção do material bibliográfico e documental, foram estabelecidos três critérios principais: (i) pertinência temática, contemplando trabalhos que abordassem misoginia digital, violência contra as mulheres, informação de gênero e saúde das mulheres; (ii) representatividade, considerando materiais no campo temático da saúde, da informação e dos estudos de gênero produzidos por instituições de referência; e (iii) consonância teórica,

privilegiando pesquisas alinhadas às discussões feministas sobre relações de poder, saúde da mulher e reprodução de violências em ambientes digitais.

A análise do *corpus* foi orientada pela Análise de Discurso Crítica Feminista (ADCF), abordagem teórico-metodológica que busca compreender como as relações de poder, especialmente aquelas atravessadas por gênero, são produzidas, legitimadas e naturalizadas por meio da linguagem e das práticas sociais (Lazar, 2007). Ao incorporar contribuições dos estudos feministas e de gênero, a ADCF possibilita examinar como discursos midiáticos, institucionais e culturais participam da reprodução ou contestação de estruturas patriarcais, de misoginia e outras formas de desigualdade. Nessa perspectiva, a linguagem não é compreendida como neutra, mas como um espaço de disputa simbólica, política e ideológica, com construção de sentidos, identidades e relações de poder (Lazar, 2007).

Assim, para a obtenção dos resultados, a análise se concentrou em dois aspectos centrais: (a) a identificação das narrativas e estratégias discursivas que sustentam, normalizam ou disseminam a misoginia em ambientes digitais; e (b) a compreensão das relações estabelecidas entre esses discursos e os impactos da violência digital na saúde, na segurança e na participação social das mulheres.

Os resultados se fundamentaram na análise entre a literatura especializada, documentos institucionais, dados estatísticos atualizados e estudos empíricos que apontam a constituição, circulação e o fortalecimento de discursos misóginos em diferentes espaços sociais e digitais. Também foram considerados casos reais amplamente repercutidos na mídia, por sua relevância para a compreensão das dinâmicas da violência de gênero mediada por tecnologias e de seus desdobramentos nas relações sociais cotidianas. Dessa forma, buscou-se articular evidências teóricas e empíricas que permitissem compreender o alcance da misoginia como um fenômeno multifacetado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *corpus* analisado evidencia como as formas de funcionamento das plataformas digitais, suas arquiteturas sociotécnicas e suas políticas de uso e moderação criam condições para expressão, propagação e operacionalização do ódio contra as mulheres em proporções informacionais significativas. As plataformas digitais não inventaram a misoginia, mas colaboraram para produção, circulação e monetização por meio de algoritmos, viralização e modelos de negócio (Döring; Mohseni; Rohangis, 2018; Ferraz; Costa, 2024; Munh, 2026).

A plataformização da misoginia encontra alicerce na estrutura de dominação patriarcal. Nesse regime histórico de poder, fundado em bases materiais e ideológicas, as hierarquias de gênero atravessam e estruturam o tecido social, configurando um sistema político, cultural, econômico e simbólico que atribui aos homens posições privilegiadas de autoridade e poder, enquanto as mulheres são historicamente submetidas a processos de subordinação, controle e desigualdade (Côrtes, 2024; Saffioti, 2004).

As relações patriarcais constituem aspecto fundamental para a manutenção das estruturas capitalistas, encontrando-se enredadas tanto nas atividades da esfera privada e doméstica quanto nas instituições políticas, religiosas, acadêmicas, estatais e nos diversos dispositivos informacionais que participam da (re)produção e circulação de valores, percepções, discursos e práticas sociais (Han, 2017a; 2017b). Soma-se a essa lógica a persistente objetificação das mulheres, concebidas em sociedades patriarcais como objetos destinados à satisfação sexual masculina. Essa concepção contribui para a naturalização de práticas de controle sobre os corpos, as sexualidades e a existência das mulheres, fortalecendo relações de dominação que perpetuam diferentes formas de violência e discriminação de gênero, com repercussões profundas para sua saúde física e mental, para a convivência e para as relações sociais, com impacto direto na saúde pública (Goicolea, 2023).

Nesse contexto, conforme o Relatório do Observatório da indústria da desinformação e violência de gênero nas plataformas digitais, coordenado por Marie Santini *et al.* (2024) as formas de violência contra as mulheres não permanecem estáticas, mas emergem e se reconfiguram continuamente, adaptando-se às transformações sociotécnicas para manter relações de controle e restringir a autonomia das mulheres (Sampaio; Martins**;** Côrtes**;** Mota, 2022). Nessa dinâmica, as comunidades digitais associadas à machosfera têm se constituído como dispositivos de poder que produzem, legitimam e disseminam regimes de verdade por meio de estratégias discursivas e táticas informacionais, promovendo e reforçando narrativas masculinistas e antifeministas (Foucault, 1979).

A banalização e a naturalização dessas violências podem ser observadas por meio da exaltação de influenciadores e conteúdo de canais misóginos (Romeiro *et al.* 2023). Um exemplo recente foi o caso de estupro coletivo de uma adolescente por cinco homens, um deles seu ex-namorado, os quais filmaram e, com crueldade, após o ato, riram e debocharam da situação. Além da brutalidade, chamou atenção o fato de que, ao ser preso, o ex-namorado utilizava uma camiseta com a expressão *regret nothing* (“não me arrependo de nada”,

tradução livre), frase associada a um influenciador americano-britânico conhecido por estimular a misoginia, o racismo e a transfobia. Tais achados ilustram o que Judith Butler (2017, p. 229) nomeia como “abjeção”: a existência da mulher concebida como marginal, inferior, ameaçadora e impura.

Na sociedade cisheteropatriarcal, racista e capitalista, a diferença e a alteridade frequentemente são convertidas em mecanismos de desigualdade e subordinação. Nesse contexto, a ampliação das possibilidades de anonimato, a rápida disseminação de mensagens, imagens e vídeos, bem como a circulação de conteúdos manipulados por inteligência artificial, associadas à insuficiência de mecanismos regulatórios eficazes nas plataformas digitais, configuram um complexo sistema de violência e controle. Os resultados analisados permitem compreender, em conformidade com a ADCF, que os símbolos, os discursos e as linguagens que circulam nesses ambientes não são neutros; ao contrário, encontram-se permeados por intencionalidades que buscam intimidar, desqualificar e subjugar as mulheres (Lazar, 2017). Tais práticas operam como dispositivos de dominação, apagamento, exclusão e silenciamento, afetando sua participação social e produzindo impactos significativos na saúde física e mental, expressos em medo, ansiedade, depressão, fobia social, estresse e sofrimento emocional (Sousa, 2017).

Tais efeitos integram um *continuum* de violências que têm intensificado quadros graves de adoecimento mental, automutilação e ideação suicida, demonstrando que os efeitos da violência digital transcendem o ambiente virtual e repercutem diretamente sobre as condições de saúde e qualidade de vida das mulheres e meninas, no âmbito da saúde pública (Goicolea, 2023).

A sobreposição de marcadores sociais de desigualdade potencializa a frequência, a intensidade e os efeitos dessas violências, frequentemente invisibilizados por análises que tratam a misoginia como um fenômeno homogêneo. A interseccionalidade se manifesta igualmente nos mecanismos sociotécnicos das plataformas digitais: as tecnologias algorítmicas, por exemplo, reproduzem e amplificam a branquitude, as discriminações raciais e de gênero, contribuindo para agravar a vulnerabilidade e os impactos na saúde de mulheres negras e de grupos historicamente subalternizados (Mota; Martins; Sampaio, 2023). Esses achados evidenciam a necessidade de ampliar as investigações sobre a misoginia digital conforme uma perspectiva interseccional, capaz de elucidar dados, experiências e desigualdades que permanecem sub-representados nas pesquisas e nas políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo indicam que a interface entre plataformas digitais e misoginia possui caráter estrutural, e não meramente acidental ou periférico. As plataformas digitais não criaram a misoginia, mas seus modelos de negócio, arquiteturas tecnológicas e políticas de moderação estabelecem condições sistêmicas para expressão, amplificação e organização do ódio de gênero em escala e velocidade significativas, produzindo impactos multidimensionais na saúde das mulheres, objeto central desta investigação.

Ratificando a análise, a hostilidade sistemática e intencional historicamente presente nas relações sociais tem sido potencializada nos ambientes digitais em razão de características próprias dessas plataformas, como a rapidez da circulação informacional, o anonimato, a monetização do engajamento e os mecanismos algorítmicos que favorecem a visibilidade e a disseminação de conteúdos misóginos. Tais processos contribuem para disseminação de informações que promovem a naturalização de discursos de ódio e a ampliação de práticas de violência simbólica, informacional e psicológica contra as mulheres.

Em que pesem tais achados, é importante destacar, conforme afirma Foucault (1979), que "onde há poder, há resistência". Embora as plataformas digitais tenham contribuído para a amplificação de discursos misóginos, esses mesmos espaços também têm possibilitado formas de resistência, denúncia e mobilização social. Movimentos feministas, campanhas como #MeToo e #EleNão, observatórios, coletivos e pesquisas acadêmicas têm utilizado as tecnologias digitais para visibilizar a violência de gênero, promover o debate público e construir estratégias de enfrentamento à misoginia, por meio da informação de gênero (Côrtes, 2024).

Nesse sentido, torna-se urgente a implementação de mecanismos de governança das plataformas, políticas de moderação transparentes, regulação sensível às questões de gênero e legislações efetivas para prevenir e coibir a violência contra as mulheres nos ambientes digitais, a exemplo do recente pacote de medidas para a proteção das mulheres nos espaços físico e digital, assinado no Brasil. Importa destacar que a regulação das plataformas digitais não implica cerceamento da liberdade de expressão, mas da construção de princípios, diretrizes e mecanismos de responsabilização voltados à garantia da alteridade, da diversidade e dos direitos humanos.

Desse modo, a responsabilização por práticas violentas deve ocorrer tanto nos espaços físicos quanto nos ambientes digitais. Para além da regulação, outro destaque se refere à necessidade de desenvolver ações informacionais e educativas voltadas à promoção de masculinidades saudáveis e não violentas. Como já nos apontava Heleieth Saffioti (2024), o inimigo da mulher não é o homem, mas a estrutura patriarcal de gênero. Torna-se fundamental problematizar a socialização de modelos de masculinidade que naturalizam relações de poder e dominação sobre as mulheres, contribuindo para a construção de formas mais igualitárias de convivência social e para o enfrentamento das desigualdades estruturais de gênero.

Tais discursos são ainda mais preocupantes em um país marcado por elevados índices de violência de gênero e feminicídio. Nesse contexto, regimes discursivos e econômicos operam de forma articulada, transformando a subalternização das mulheres em conteúdo monetizável. Por meio de influenciadores misóginos, fóruns digitais, aplicativos de relacionamento e grupos associados à ideologia *red pill*, disseminam-se narrativas que promovem o desprezo, a objetificação e a aversão às mulheres, reforçando desigualdades históricas, legitimando práticas violentas e contribuindo para o adoecimento das mulheres.

A análise da misoginia digital demanda também uma perspectiva interseccional, uma vez que a sobreposição de marcadores sociais produz experiências distintas de violência e vulnerabilidade. Mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+, com deficiência e em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão mais expostas a formas específicas de misoginia digital e tendo em vista que, simultaneamente, enfrentam desigualdades no acesso à informação, aos mecanismos de proteção e aos serviços de saúde necessários para o enfrentamento dessa problemática.

Conclui-se que os impactos da misoginia digital sobre a saúde das mulheres não se restringem ao âmbito individual ou à saúde mental. Trata-se de um fenômeno estrutural e complexo, que produz efeitos sociais, psicossociais, informacionais e coletivos, afetando o bem-estar, a participação social, o acesso à informação, a autonomia, a cidadania e o exercício pleno dos direitos humanos. Dessa forma, a misoginia digital se configura como um problema de saúde pública que demanda respostas intersetoriais, envolvendo Estado, plataformas digitais, instituições de pesquisa, profissionais da informação e a sociedade civil organizada.

As discussões apresentadas evidenciam que a Ciência da Informação possui importantes contribuições a oferecer para a compreensão e o enfrentamento desse cenário,

por meio de suas diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Nesse contexto, o GT Informação & Saúde se constitui como um profícuo espaço para a reflexão, o debate e a construção coletiva de estratégias que contribuam para a ampliação das agendas de pesquisa que articulam informação, gênero, violência e saúde das mulheres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101-112, 2008. Disponível em: https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/7601. Acesso em: 9 set. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Gisèle Pelicot, a mulher que abalou as atitudes dos franceses sobre o estupro. **BBC News Brasil**, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c74xdp11vj4o. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 9 set. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CENTRE DE PRÉVENTION DE LA RADICALISATION MENANT À LA VIOLENCE. **Misogynie en ligne et nanosphère**: revue de la littérature scientifique de 2014 à 2024. Montréal: CPRMV, 2025. Disponível em: https://info-radical.org/wp-content/uploads/2026/01/CPRMV_Revue_Misogynie_2026.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

CNN. **Exposing a global "rape academy"**. Atlanta: CNN, 2026. Disponível em: https://edition.cnn.com/interactive/2026/03/world/expose-rape-assault-online-vis-intl/index.html. Acesso em: 8 jun. 2026.

CÔRTES, Gisele Rocha. A categoria analítica gênero e movimentos feministas: diálogos na Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, e64409, 2024. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/64409. Acesso em: 3 jun. 2026.

DÖRING, Nicola; MOHSENI, M. Rohangis. Male dominance and sexism on YouTube: results of three content analyses. **Feminist Media Studies**, [*s. l.*], v. 19, n. 4, p. 512-524, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325174647_Male_dominance_and_sexism_on_Y

ouTube_results_of_three_content_analyses. Acesso em: 22 out. 2026.

FERRAZ, Deise Brião; COSTA, Marli Marlene Moraes da. A plataformização da misoginia na publicidade digital em redes sociais: um produto da opacidade algorítmica e da ausência de marco regulatório da inteligência artificial. **Direito UNIFACS**, [*s. l.*], n. 291, 2024. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/9111/0. Acesso em: 1 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOICOLEA, Isabel. What a critical public health perspective can add to the analysis of healthcare responses to gender-based violence that focus on asking. **BMC Public Health**, London, v. 23, art. 1738, 2023. DOI: https://doi.org/10.1186/s12889-023-16641-4. Acesso em: 22 out. 2026.

HAN, Byung-Chul. **Agonia de Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2026**. Brasília, DF: IPEA, 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/. Acesso em: 8 jun. 2026.

LAZAR, Michelle M. Feminist critical discourse analysis: articulating a feminist discourse praxis. **Critical Discourse Studies**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 141-164, 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/17405900701464816. Acesso em: 22 out. 2026.

MATRIX. Direção: Lilly Wachowski, Lana Wachowski. Produção: Joel Silver. Estados Unidos: Warner Bros., 1999. 1 filme (136 min), son., color.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., p. 1259-1267, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vM4c5NGrjxPFj8Phv4Mghjw/?lang=pt. Acesso em: 9 set. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOTA, Denysson Axel Ribeiro; MARTINS, Gracy Kelli; SAMPAIO, Denise Braga. Vieses nas inteligências artificiais: um estudo sobre a geração de imagens a partir de comandos de raça/etnia e gênero. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1309. Acesso em: 9 jun. 2026.

NEXUS. **8,8 milhões de brasileiras sofreram violência digital no último ano**. São Paulo: Nexus, 2025. Disponível em: https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/88-milhoes-de-brasileiras-sofreram-violencia-digital-no-ultimo-ano/. Acesso em: 8 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Intensification of efforts to eliminate all forms of violence against women and girls**: technology-facilitated violence against women and girls: report of the Secretary-General (A/79/500). New York: United Nations, 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/a-79-500-sg-report-ending-violence-against-women-and-girls-2024-en.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violence against women**. Genebra: OMS, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women. Acesso em: 8 jun. 2026.

ROMEIRO, Nathália Lima *et al*. Categorização das novas masculinidades em ambientes socioinformacionais: reflexões a partir dos estudos de gênero e decolonialidade. **Biblios**, Vitória, n. 86, 2023. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9561214.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, Denise Braga; MARTINS, Gracy Kelli; CÔRTES, Gisele Rocha; MOTA, Denysson Axel Ribeiro. Violência contra a mulher na perspectiva dos regimes de informação: uma análise sobre o machismo direcionado a assistentes digitais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 14, 2022. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/584. Acesso em: 1 jun. 2026.

SANTINI, R. Marie *et al*. **"Aprenda a evitar 'esse tipo' de mulher"**: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab: Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, dez. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/RelatrioCompletoEstratgiasdiscursivasemonetizaodamisoginianoYouTube.pdf/view. Acesso em: 1 jun. 2026.

SOUSA, Letícia de Mélo. **Slut shaming e porn revenge**: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12168/1/Arquivototal.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.